

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E DOUTA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2023 - LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Prezado(a) Senhor(a),

**INTER MEDICAL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.325.831/0001-94, com sede à Rua Erê, 23, Bairro Prado, CEP: 30.411-052, Belo Horizonte/ MG, por seu representante legal AILTON RODRIGUES DE FREITAS portador da cédula de identidade M-2137311 e CPF: 607.001.656-49, vem à presença de Vossa Senhoria, conforme regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e demais exigências deste Edital, com supedâneo no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição da República cumulado com o art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019 e o art. 41, §§2º e 3º, da Lei n.º 8.666/1993, com fulcro na legislação pertinente e em especial no item 01 e seguintes do citado Edital, apresentar nosso pedido de IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO ao Edital em referência (Pregão Eletrônico Nº 68/2023), pelos motivos e fundamentos que a seguir passará expor.

#### I - TEMPESTIVIDADE

O ato de impugnação ao edital de pregão eletrônico, atualmente, encontra-se regulamentado pelo art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019, o qual dispõe que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. § 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação. § 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação. § 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Sendo assim, pleiteia-se desde já a admissibilidade da presente o pedido de impugnação, posto que inequivocamente tempestiva.

## II - DOS FATOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo abriu o processo licitatório supracitado, cujo objeto do Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Sistema de Vídeo Endoscopia Flexível, Solicitado Pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG.

Visando promover uma disputa isonômica entre todos os fornecedores (pelo menos entre os 03 principais marcas com produtos de qualidades inquestionáveis, conhecidas mundialmente), é imprescindível que o edital convocatório esteja isento de qualquer descrição direcionada, colhendo assim várias propostas das empresas fornecedoras no mercado.

Nossa empresa tem interesse em participar e entrar na disputa de forma igualitária ofertando equipamento de alta tecnologia, com preço competitivo, marca de ponta no mercado, mas observamos que algumas solicitações contidas no certame no item 01, somente uma empresa atende por mera questão do descritivo dos aparelhos endoscópicos.

Sendo assim, destacamos alguns pontos passíveis de questionamento que embasa o presente pedido impugnação. Vejamos a seguir alguns pontos questionáveis no descritivo do item 01 do Edital.

Item 01 – Vídeo Endoscopia: -

**1 – O Edital solicita: - Vídeo Processadora de Imagem COMPATÍVEL COM VIDEOGASTROSCOPIO, IDEOGASTROSCOPIOS DUPLO-CANAL, VIDEONASOGASTROSCOPIO, VIDEOCOLONOSCOPIO, VIDEOCOLONOSCOPIO DUPLO-CANAL, VIDEOCOLONOSCOPIO SLIM, VIDEOENDOSCÓPIOS COM MAGNIFICAÇÃO ÓTICA, ECOENDOSCÓPIOS RADIAIS E SETORIAIS, VIDEOUDODENOSCOPIO (COM A CAPA DA PONTA DISTAL REMOVÍVEL), VIDEOENTEROSCOPIO, VIDEOBRONCOSCOPIO, VIDEORHINOLARINGOSCOPIO, VIDEOSIGMOIDOSCOPIO;**

*Questionamento: - Entre as 3 (três) marcas de referências em Vídeo Endoscopia no mercado mundial, só uma uma atende a compatibilidade com todos esses equipamentos e que poderá ofertar equipamentos com fora de linha.*

**2 – O Edital solicita: - Fonte de Luz Incorporada ou não: DE NO MÍNIMO TRÊS LEDS DE ALTA INTENSIDADE INDEPENDENTES OU LÂMPADA DE XÊNON DE NO MÍNIMO 300 W, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COMPATÍVEL COM PROCESSADORA FULL HD; LÂMPADA DE EMERGÊNCIA HALÓGENA DE 75 W (EM FONTES XÊNON),**

*Questionamento: - Entre as 3 (três) marcas de referências em Vídeo Endoscopia no mercado mundial, só uma uma atende a esse descritivo, tanto na quantidade de LED da Fonte, tanto quanto na potência da Lâmpada de emergência.*

**3 – O Edital solicita: - Videogastroscopios com comprimento de trabalho de no mínimo 1.100mm.**

*Questionamento: - Mínimo de 1.100mm, só uma marca possui essa medida, este produto tem sido comercializado ao longo dos anos, mundialmente e tem sido bem aceito tanto em instituições públicas como privadas, com medidas abaixo de 1.100mm, temos marcas renomadas com medidas entre 1.030mm a 1.050mm, com isso permite um maior número de empresas que possa participar deste certame.*

Temos instituições que realizaram, por exemplo, usando descritivos com as mesmas características, porém sem prejuízo e a fim de ampliar a competitividade de seus processos licitatórios nos seguintes termos:

**“4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO** *Itens, quantidades, códigos e especificações*

**ITEM CÓDIGO UND QTDE DESCRIÇÃO/COMPLEMENTO** 1 456018 UN 1 SISTEMA DE VÍDEO-ENDOSCOPIA FLEXÍVEL: COMPOSTO POR 01 PROCESSADORA DE IMAGENS, 01 FONTE DE LUZ, 01 MONITOR, 01 VÍDEO GASTROSCÓPIO, 01 VIDEO COLONOSCÓPIO E ACESSÓRIOS.

PROCESSADORA DE IMAGENS: CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO DE ALTA DEFINIÇÃO (HD), QUE POSSUA SISTEMA DE CROMO ENDOSCOPIA DIGITAL, WIDE SCREEN E SISTEMA DE CAPTURA DE IMAGENS (ATRAVÉS DE PENDRIVE, HD EXTERNO, CARTÃO DE MEMÓRIA OU COMPUTADOR). POSSIBILIDADE DE CAPTURA DE VÍDEOS EM ALTA DEFINIÇÃO E MEMÓRIA INTERNA (H.D. - HARD DISK, INTERNO). COM SISTEMA DE BALANÇO DE BRANCO (WHITE BALANCE), AJUSTE DE VERMELHO E AZUL INDEPENDENTES, SISTEMA DE REALCE DE IMAGEM E SISTEMA DE SHUTTER MANUAL OU AUTOMÁTICO. DEVE TER DISPOSITIVO DE CONGELAMENTO DE IMAGENS (FREEZE SCAN). DEVE POSSUIR CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO E POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DO PACIENTE E DO MÉDICO, DATA E HORA DO EXAME. SAÍDA DE VÍDEO COMPATÍVEL COM A IMAGEM HD. FONTE DE ILUMINAÇÃO LED OU XÊNON COM POTÊNCIA COMPATÍVEL MÍNIMA DE 300 W, COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (CASO A FONTE DE ILUMINAÇÃO SEJA XÊNON). MONITOR DE VÍDEO: COLORIDO; TELA DE CRISTAL LÍQUIDO DE MATRIZ ATIVA COM TAMANHO MÍNIMO DE 24 POLEGADAS, COM RESOLUÇÃO DE MÍNIMA DE 1920 X 1080 PIXELS. COM AJUSTE DE BRILHO E SISTEMA DE COR PAL / NTSC. ENTRADA DE VÍDEO COMPATÍVEL COM A PROCESSADORA DE IMAGENS. VÍDEO GASTROSCÓPIO FLEXÍVEL ELETRÔNICO COM CCD OU CMOS COLORIDO, COMPATÍVEL COM A PROCESSADORA DESCRITA, COM SISTEMA ÓTICO COM CAMPO DE VISÃO FRONTAL, ÂNGULO DE VISÃO DE NO MÍNIMO 140 GRAUS, PROFUNDIDADE DE 3 A 100 MM PODENDO ACEITAR UMA VARIAÇÃO DE ATÉ 10% A MAIS OU A MENOS, COM CAPACIDADES DE ANGULAÇÃO DE NO MÍNIMO 210 GRAUS PARA CIMA, DE 90 A 120 GRAUS PARA BAIXO NO MÍNIMO E DE 100 A 120 GRAUS NO MÍNIMO PARA DIREITA E PARA ESQUERDA. TUBO DE INSERÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 9,8 (+/- 1MM), DIÂMETRO DISTAL DE 9,8 (+/- 1MM), E DIÂMETRO DO CANAL DE TRABALHO DE 2,8 MM PODENDO ACEITAR UMA VARIAÇÃO DE MEDIDAS. COMPRIMENTO DE TRABALHO DE NO MÍNIMO 1.050MM E COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 1350 MM. VÍDEO COLONOSCÓPIO FLEXÍVEL ELETRÔNICO COM CCD OU CMOS COLORIDO, COMPATÍVEL COM A PROCESSADORA DESCRITA. SISTEMA ÓTICO COM CAMPO DE VISÃO FRONTAL, ÂNGULO DE VISÃO DE NO MÍNIMO 140 GRAUS, COM PROFUNDIDADE DE 3 A 100 MM, TUBO DE INSERÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 12,8 MM (+/- 1MM), PONTA DISTAL COM DIÂMETRO DE 12,8 MM (+/- 1MM) E CANAL PARA INSTRUMENTOS COM DIÂMETRO INTERNO DE 3,8 MM PODENDO ACEITAR UMA VARIAÇÃO DE ATÉ 10% A MAIS OU A MENOS NAS MEDIDAS DE REFERENCIA. COMPRIMENTO DE TRABALHO DE 1600 A 1700 MM NO MÍNIMO, COMPRIMENTO TOTAL DE 1990MM A 2010MM NO MÍNIMO. ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM O SISTEMA: 01 CARRO DE TRANSPORTE QUE COMPORTE DE MANEIRA ADEQUADA O SISTEMA COMPLETO, 01 NO-BREAK QUE GARANTA 10 MINUTOS DE OPERAÇÃO PARA O SISTEMA EM CASO DE FALTA DE SISTEMA, MALETAS PARA TRANSPORTE, PINÇAS PARA BIÓPSIA FENESTRADAS, SENDO 04 PARA O GASTROSCÓPIO E 04 PARA O COLONOSCÓPIO, CONJUNTOS COMPLETOS PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO”.

Portanto, o Edital, nos termos atualmente publicados, contém exigências cujo efeito será afastar potenciais licitantes do certame. Assim, buscando-se que se obtenha a proposta mais vantajosa aos interesses públicos e que se prestigie os princípios de direito público, requer-se o deferimento da alteração solicitada nesta Impugnação.

### **III - DA ILEGALIDADE**

Tomando por base os princípios que dão as diretrizes em um processo licitatório para que esta se de forma a não infringir normas constitucionais e infraconstitucionais de modo a se obter melhor resultado para administração pública, algumas explanações são cabíveis.

A Lei 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da nossa Carta Magna e seu artigo 3º estabelece, in verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Grifo nosso).

Ainda inerente a tais princípios cabe ressaltar que a doutrina dominante reconhece dois deles como pilares da licitação pública, qualquer que seja sua modalidade: **a economicidade**, que proporciona a administração a busca pela opção que lhe seja mais econômica e a **isonomia**, que objetiva conceder igual oportunidade a todos os particulares interessados em prestar serviços ou vender seus produtos.

O § 1º do mesmo artigo 3º da Lei 8666/93 ainda trata como vedado aos agentes públicos:

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo...”

Quanto ao direcionamento de marcas a legislação vigente trata por meio da Lei 8666/93 em seu art. 7º, Parágrafo 5 e 6:

Parágrafo 5: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas...”

Parágrafo 6: “A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados...”

O decreto 3555/00 – Anexo I, art. 4º ainda discorre:

“A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.”

Parágrafo único. “As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.”

Os dispositivos legais supramencionados dão límpida certeza de que, prosseguindo o processo, um claro atentado aos preceitos fundamentais e regras da administração pública estarão sendo cometidos causando grande negatividade, questionamento sobre a lisura dos atos por parte dos demais interessados em participar da concorrência com igualdade entre as partes.

#### **IV - CONCLUSÃO**

O presente instrumento visa colaborar com o Serviço/administração da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo na aquisição dos equipamentos para sistema de vídeo endoscopia com a necessidade de uma melhor apuração técnica que poderá ser realizada tanto pelo corpo médico (que utilizarão os equipamentos), pela equipe de engenharia

clínica (responsável pela gestão e bom funcionamento deles) e pelas empresas fornecedoras das grandes marcas(responsável pela elaboração técnica do descritivo), está demonstrada nos itens atacados acima, além do atendimento a Legislação pertinente e seus Princípios Legais. A inobservância tanto do disposto no presente quanto a legislação vigente traduz-se em prejuízos para administração pública e manifesta convivência com vícios administrativos.

O processo licitatório e toda sua função cai por terra diante do não atendimento aos princípios fundamentais de compras públicas como isonomia, economicidade, impessoalidade, moralidade e igualdade.

#### **V - DO PEDIDO**

Diante de tudo o quanto restou exposto, de modo a possibilitar a contratação para aquisição de bens mais vantajosa à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, requer-se que:

- (i) seja conhecida e acolhida a presente Impugnação a fim de que o referido Edital seja revisto e alterado de forma a garantir a justa e isonômica participação de todos os potenciais licitantes;
- (ii) reveja os itens grifados nos descritivos, solicitando proposta às grandes marcas fabricantes dos equipamentos na área da Endoscopia Digestiva.

Nestes Termos

P. Deferimento

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2023.

#### **INTER MEDICAL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**

Ailton Rodrigues de Freitas – Responsável Legal

CPF 607.001.656-49